

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Empresa, Economia e Desenvolvimento

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112149

Professor: Luciano Benetti Timm

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Análise Econômica do Direito: incentivos, preço, teoria dos custos de transação;
- Análise Econômica do Direito Societário: teoria da agência, seleção adversa e assimetria de informações;
- Teoria da Firma;

- Governança Corporativa e Compliance;
- Globalização;
- Estudos de casos sobre operações societárias, compliance, conflitos societários em assembleias, elaboração e registro de documentos societários.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio; **Direito, economia e organizações**. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise económica do direito, programa e guia de estudo**. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETELLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional**: exame do tema à luz da globalização. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law**: aspen law. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economics institutions of capitalism**. [S.l.]: Free Press, 1985.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Contratos

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professor: Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos;
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (*moral hazard*), seleção adversa (*adverse selection*) e sinalização;
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social;
- Formação dos contratos;
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais;
- Responsabilidade civil e contratos;
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (20% da nota final); 2. participação nos seminários temáticos a ser desenvolvidos em grupos (30% da nota final); 3. entrega do trabalho final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos et al. **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TIMM, Luciano Benetti (Org.) **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 26, n. 102, p. 207-230, abr./jun. 1989.

AZEVEDO Antonio Junqueira de. Natureza jurídica do contrato de consórcio: classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os

contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 832, p. 115-137, fev. 2005

BIX, Brian. **Contract law theory**. Minneapolis: University of Minnesota Law School, 2006. (Minnesota Legal Studies Research Paper, 6-12). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=892783>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos**: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado**: uma teoria da justiça e da dignidade humana. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, abr./jun. 2015.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HERMALIN, Benjamin E. et al. **The law and economics of contracts**. Columbia: Columbia Law School, 2006. (Working Paper, 296). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=907678>>. Acesso em 12 abr. 2016.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual**: direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SHAVELL, Steven. **Contracts, holdup, and legal intervention**. Massachusetts: Harvard Law School, 2005. (Working Paper, w11284). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=716261>>. Acesso em 12 abr. 2016.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

TIMM, Luciano Benetti. A cláusula de eleição de foro versus a cláusula arbitral em contratos internacionais: qual é a melhor opção para a solução de disputas entre as partes. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 20-38, jul./set. 2006.

USTÁRROZ, Daniel. **Contratos em espécie**. São Paulo: Atlas, 2015.

ZANITELLI, Leandro Martins. A reciprocidade nos contratos: uma análise expressivista. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 42, p. 160-184, abr./jun. 2010.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112151

Professor: Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático Ambiental: Juridicidade e ‘status’ de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Aspectos Introdutórios do Direito Ambiental Contemporâneo:

1.1. Estado de Direito Ambiental

1.1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental

1.1.1.1. Juridicidade ambiental

1.1.1.2. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente

ecologicamente:

1.1.1.2.1. Dimensão subjetiva

1.1.1.2.2. Dimensão objetiva

1.2. Deveres ambientais constitucionais:

1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Leitura prévia obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. *Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 31-89;

Precedente a ser analisado previamente:

ADPF nº 101-3, STF, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 05.08.2009.

Aula 2

1. Responsabilidade Administrativa Ambiental.

1.1. Poder de Polícia Ambiental.

1.1.1. Limites.

1.1.2. Ilícito penal e administrativo.

1.2. Infrações Administrativas Ambientais.

1.3. Sanções Administrativas Ambientais.

1.4. Reflexões e tendências ante a governança ambiental.

2. Estudo de Caso: REsp nº 1.318.051 – RJ (2012/0070152-3)

Leitura prévia obrigatória: BIM, Eduardo Fortunato. “O mito da responsabilidade objetiva no direito ambiental sancionador: imprescindibilidade da culpa nas infrações ambientais. *Revista de Direito Ambiental*, 57/33, jan-mar, 2010; CARVALHO, Délton Winter de. “A responsabilidade administrativa ambiental no Estado Democrático Ambiental.” *Revista Brasileira de Direito Ambiental*, v. 10, ano 3, abril-jun, 2007;

Precedente a ser analisado previamente: REsp nº 1.318.051 – RJ (2012/0070152-3)

Aula 3

1. Responsabilidade Civil Ambiental.

1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.

1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.

1.3. Nexu causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades

1.4. Solidariedade

1.5. Medidas Compensatórias.

2. Responsabilidade civil e riscos ilícitos: dano ambiental futuro.

2.1. Medidas Preventivas

Leitura prévia obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 97-236.

Precedentes a serem analisados previamente: REsp 1060753/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. 01.12.2009, DJe 14.12.2009; REsp 972.902/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. 25.08.2009, DJe 14.09.2009; REsp 883.656/RS, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. 09.03.2010, DJe 28.02.2012.; REsp nº 1.420.152 - SC (2013/0387973-0), rel. Min. Humberto Martins, j. 30.09.2014; REsp nº 1.535.689 - SP (2015/0128498-5), rel. Min. Moura Ribeiro, j. 18.06.2015.

Aula 4

1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas

1.2. Sensitividade Climática

1.3. Função do Direito na Gestão de Desastres Ambientais

2. Prevenção e Mitigação dos Riscos de Desastres (desastres naturais e acidentes industriais graves).

2.1. Dimensões da incerteza (risco, incerteza, ambiguidade e ignorância)

2.2. Avaliação quantitativa do risco

2.3. A nova precaução para eventos extremos

Leitura obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 29-114.

Precedente a ser analisado previamente: REsp n. 1.518.223-RJ (2015/0039966-8)

Aula 5

1. Desastres ambientais e responsabilidade:
2. Desastres e função jurídico compensatória (litigiosidade judicial e seguros)
 - 2.1. Responsabilidade civil extracontratual por desastres ambientais
 - 2.1.1. Responsabilidade civil por acidentes industriais
 - 2.1.2. Litigância climática
 - 2.1.3. Responsabilidade Civil do Estado por desastres naturais: critérios
 - 2.2. Desastres ambientais e seguro

Leitura prévia obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 129-178.

Precedentes a serem analisados previamente: REsp n. 429.570 – GO, STJ, 2ª Turma, Min. rel. Eliana Calmon, j. 11.11.2003; REsp n. 604.725 – PR, STJ, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 21.06.2005; AgRg no Agravo em REsp n. 501.507 – RJ, STJ, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j.; REsp n. 1.071.741/SP, STJ, 2ª Turma, rel. Min. Herman Benjamin. J. 24.03.2009; Apelação Cível n. 0193579-61.2007.8.19.0001. TJRJ, Segunda Câmara Cível. Relator: Des. Elizabete Filizzola. Julgado em: 15/08/2012

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada pela participação nas atividades de debates orais, desenvolvidas por dois grupos que deverão defender a análise dos acórdãos e doutrinas indicadas por argumentos divergentes. Fichamento das obras indicadas para leitura obrigatória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres ambientais e sua regulação jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental**. São Paulo: RT, 2015.

FARBER, Daniel A.. Disaster law in the anthropocene. In: PEEL, Jacqueline; FISHER, David (Ed.). **The role of international environmental law in disaster risk reduction**. Boston: Brill Nijhoff, 2016. p. 49-72.

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W. **Environmental law**. 8th ed. West: St. Paul, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMERON, James. Globalization and the ecological state. **Review of European Community and International Environmental Law**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 371-395, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. Juridicização da ecologia ou ecologização do direito. **Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente**, Coimbra, n. 4, p. 69-79, dez. 1995.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de direito**. Lisboa: Gradiva, 1999.

CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson; MACHADO, Viviane Saraiva. Do princípio da precaução à precaução como princípio: construindo as bases para as nanotecnologias compatíveis com o meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 69, n. 18, p. 13-51, jan./mar. 2013.

FARBER, Daniel. Disaster law and emerging issues in Brazil. **Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 2-15, jan./jun. 2012.

FARBER, Daniel. Uncertainty. **The Georgetown Law Journal**, [S.l.], v. 99, p. 901-959, 2011.

FERRER, Gabriel Real. Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del Derecho. **Revista de Derecho Ambiental**, Buenos Aires, n. 32, p. 65-82, oct./dec. 2012.

GOMES, Carla Amado. A idade da incerteza: reflexões sobre os desafios de gerenciamento do risco ambiental. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Coord.). **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 195-212.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory**. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

MAKOWER, Joel. **A economia verde: descubra as oportunidades e os desafios de uma nova era dos negócios**. São Paulo: Gente, 2009.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Coord.). **Sociedade de risco e direito privado:** desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 195-212.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AValiação

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito:** as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11444/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf?sequence=3 Pesquisa_empirica_em_direito.pdf> Acesso em 14 set. 2016.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BACHARACH, S. B. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of management Review**, New York, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Rlsevier, 2010.

COLLIS, H.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline. Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

O'REALLY-KELLY, S. W.; VOKURKA, R. J. The empirical assessment of construct validity. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 16, p. 387-405, 1998.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. In: _____. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 45 horas/aula

Créditos: 3 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professora: Liz Beatriz Sass

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes: know how e trade secret, conhecimentos tradicionais, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Examinar a transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando o acadêmico a compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Propriedade Intelectual: conceito, fundamentos, perspectiva crítica. Importância econômica e cultural da Propriedade Intelectual no âmbito da sociedade informacional e da economia da cultura.
2. Direito de Autor. Conceito. Objeto. Prerrogativas. Limitações. *Fair use*. Domínio Público. Licenças Públicas: *Creative Commons*. Violações. Sanções cíveis e criminais. Direitos Conexos.

3. Gestão coletiva de Direitos Autorais. ECAD. Questões controvertidas. Direito Autoral no ambiente digital: execução pública ou distribuição?
4. O Direito Autoral e os novos modelos de negócios na sociedade informacional: um estudo a partir do tecnobrega, do funk carioca e do cinema nigeriano.
5. Programas de computador (software). Conceito. Objeto. Prerrogativas. Limitações. Duração. Domínio Público. Violações. Sanções cíveis e criminais. Topografia de Circuitos Integrados. Questões controvertidas.
6. Direito da propriedade industrial. Diferença entre direito de autor e propriedade industrial. Descoberta e invenção. Das Patentes. Modalidades. Registro. Duração. Licenças. Violações. Questões controvertidas.
7. Das Marcas. Modalidades. Registro. Duração. Licenças. Violações. Do conflito entre marcas e nomes de domínios.
8. Concorrência desleal, Abuso do poder econômico e os DPIs: um estudo do caso ANFAPE.
9. Formas de proteção de tecnologias não-patenteáveis: *know how* e *trade secret*.
10. Conhecimentos Tradicionais. Biopirataria. Cultivares. Questões controvertidas.
11. Inovação e estratégias para o Desenvolvimento. Transferência de Tecnologia.
Environmental Technologies.
12. Aspectos relevantes sobre Propriedade Intelectual em matéria contratual: direito autoral e propriedade industrial.
13. Oficina de Contratos na área de Propriedade Intelectual.

AVALIAÇÃO

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático (30%)

Participação e entrega de atividade na Oficina de Contratos (20%)

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina (50%).

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um (a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.

2. A preparação do tema deverá observar, além da bibliografia sugerida, outras fontes de pesquisa, a fim de possibilitar o suficiente aprofundamento do tema, bem como, quando possível, um estudo da jurisprudência.

3. A organização do Seminário deverá levar em consideração: o tema, a delimitação do tema, o problema, os objetivos, o plano de desenvolvimento do assunto e a bibliografia consultada.

OBS: os itens especificados deverão ser apresentados no início da aula e desenvolvidos ao longo do seminário.

4. Os demais mestrandos deverão ler, no mínimo, o(s) texto(s) indicado(s) previamente pelo professor para cada tema, os quais estão assinalados com (*) na bibliografia proposta no cronograma.

5. Os alunos deverão, ao final do semestre, participar da atividade de Oficina de redação de contratos na área de propriedade intelectual, cujo resultado final deverá ser entregue para fins de avaliação.

6. Para complementação da avaliação, cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter entre 15 e 20 páginas e seguir as normas da ABNT.

7. Para fins de avaliação serão considerados, ainda: assiduidade, pontualidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas e qualidade das respostas aos questionamentos apresentados no debate em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S.l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARBONI, Guilherme. **Direito autoral e autoria colaborativa: na economia da informação em rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade intelectual e saúde pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A philosophy of intellectual property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LANDES, William M.; POSNER, Richard A. **The economic structure of intellectual property law**. Cambridge, Massachusetts, London: Belknap, 2003.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S.l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016.

SÁDABA, Igor et al. **La tragédia del copyright**: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito autoral & economia criativa**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Estudos de propriedade intelectual**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOYLE, James. **The public domain**: enclosing the Commons of the Mind. USA: Caravan Book, 2008.

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural)

CASTRO, Oona; MIZUKAMI, Pedro (Org.). **Brasil pirata, Brasil original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter; BRAITHWAITE, John. **Information Feudalism**: who owns the knowledge economy. New York, London: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (Comp.). **Genes, bytes y emisiones**: bienes comunes y ciudadanía. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La economía del sistema internacional de patentes**. Mexico, Siglo Veintiuno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade intelectual**: uma outra ordem jurídica possível. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral**: hacia un nuevo paradigma. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de autor e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost; SCHIJNDEL, Marieke van. **Imagine...no copyright**: por un mundo nuevo de libertad creativa. Traducción de Roc Filella Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2008.

VILLARES, Fábio (Org). **Propriedade intelectual**: tensões entre o capital e a sociedade. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito autoral e marco civil da internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

Links importantes de Revistas para pesquisa de artigos atuais na área:

1. Revista PIDCC – Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição <http://www.pidcc.com.br/br/>
2. Revista do do IBPI - Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual <http://www.ibpi brasil.org/>
3. Revista da ABPI – Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual - <http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%EA&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>
4. EJT - European Journal of Law and Technology - <http://ejlt.org/index>
5. IIC - International Review of Intellectual Property and Competition Law - <http://link.springer.com/journal/40319>
6. Review of Intellectual Property Law - <http://ripl.jmls.edu/>

Links de sites para consulta:

1. Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial/UFPR- GEDAI - <http://www.gedai.com.br/>
2. Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI - <http://www.inpi.gov.br/>
3. World Intellectual Property Organization – WIPO - <http://www.wipo.int/portal/en/index.html>

4. World Trade Organization – WTO/TRIPS

https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm

5. United States Patent and Trademark Office – USPTO - <http://www.uspto.gov/>

6. European Patent Office - <https://www.epo.org/index.html>

7. University of Alicante Intellectual Property & Information Technology –
UAIPi - <http://www.uaipit.com/es/>

8. Article 19 - <https://www.article19.org/>

Filmografia

Freenet. Thomas Miguez (Dir).2016. Disponível em: <https://www.freenetfilm.org.br/>

Good Copy Bad Copy: *A documentary about the current state of copyright and culture.* Dir. Andreas Johnsen, Ralf Christensen e Henrik Moltke. 2007.

O Jardineiro Fiel. (*The Constant Gardener*). Dir. Fernando Meirelles. EUA/Inglaterra, 2005.

TPB AFK: The Pirate Bay Away From Keyboard. Simon Klose (Dir.). 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada o exemplo Europeu. Nanotecnologia e Autor-regulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As novas relações entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro.
- Elaboração de um programa de cumprimento envolvendo os marcos jurídicos vigentes para a implantação de uma nova tecnologia num cenário de ausência de regulação legislativa específica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ENGELMANN, W. **Nanotechnology, law and innovation**. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

OST, F.; KERCHOVE, M. van de. **El sistema jurídico entre orden y desorden**. Tradución de I. Hoyo Sierra. Madrid: Servicio publicaciones Facultad Derecho, 1997.

UNIÃO EUROPÉIA. **Código de conduta para a investigação responsável no domínio das nanociências e das nanotecnologias**. 2008. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0345:PT:HTML>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Cartilha sobre nanotecnologia**. Brasília: ABDI, c2011. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Cartilha%20nanotecnologia.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Nanotecnologias: subsídios para a problemática dos riscos e regulação**. Brasília: ABDI, c2011. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Relat%C3%B3rio%20Nano-Riscos_FINALreduzido.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. **Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho e ao comitê econômico e social europeu: segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais**. Bruxelas, 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/industrial_technologies/pdf/policy/communication-from-the-commission-second-regulatory-review-on-nanomaterials_pt.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. **RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 18 de Outubro de 2011 sobre a definição de nanomaterial**. (2011/696/UE). Bruxelas, 2011. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011H0696&from=PT>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DIAZ, Miguel. La normalización técnica como obstáculo al comercio internacional: precisiones conceptuales básicas para discernir el problema. **Ciencias económicas**, San José, v. 29, n. 1, p. 319, 2011.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental**: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson; BERGER FILHO, Airton Guilherme. As nanotecnologias e o direito ambiental: a mediação entre custos e benefícios na construção de marcos regulatórios. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 59, p. 50-91, jul./set. 2010.

GARDELLA, M. M. D.; PARDO, J. E. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. In: PARDO, José Esteve (Coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005. p. 325-344.

GARDELLA, M. M. D.; PARDO, J. E. **Autorregulación y derecho público**: la autorregulación regulada. Espanha: Marcial Pons, 2005.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Normas Internacionales y normas privadas**. Ginebra: Organización Internacional de Normalización, 2010. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/private_standards-ES.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2016.

UNESCO. **Ética y política de la nanotecnología**. [S.l.]: UNESCO, 2006. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145951s.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gestão da Inovação

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professores: Daniel Pedro Puffal e Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação. Estudos de caso sobre inovação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos e reflexões sobre inovação;
- Conhecimento e Inovação;
- Gestão da Inovação;
- Sistemas de inovação: nacional, regional, setorial;
- *Open Innovation* e Redes de inovação;
- *Open Business Model, Collaboration and Innovation Brokers*;
- Co-criação;
- Inovação Frugal;
- Inovação Social.

AVALIAÇÃO

Participação em Aula, Apresentação e Discussão dos Textos 30%;

Trabalho em Grupo – Análise de Caso Prático 30%;

Avaliação Individual 40% .

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. **Business Horizons**, [S.l.], v. 55, p. 293-305, 2012.

CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation. **MIT Sloan Management Review**, [S.l.], v.44, n.3, p.33-41, 2003.

CHESBROUGH, Henry. Why companies should have open business models. **MIT Sloan Management Review**, [S.l.], v.48, n. 2, p. 22-28, 2007.

COOPER, R. Perspective: the stage-gates idea-to-launch process: update, what's new, and nexgen systems. **The Journal of product innovation management**. [S.l.], v. 25, p. 213-232, 2008.

MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral systems of innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The oxford handbook of innovation management**. Oxford, Oxford University Press. 2014. p. 183-203.

NONAKA, I. et al. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation: a new paradigm for organizational theory. **European Management Journal**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 137-146, 2014.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term. **The Journal of Socio-Economics**, [S.l.], v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009.

SALTER, A.; ALEXY, O. The nature of innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The oxford handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press. 2014. p. 26-52.

VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The age of the consumer-innovator. **MIT Sloan Management Review**, [S.l.]. v. 53, n. 1, p. 26-35, 2011.

ZESCHKY, M. B.; WINTERHALTER, S.; GASSMANN, O. From cost to frugal and reverse innovation: mapping the field and implications for global competitiveness. **Research Technology Management**, [S.l.], v. 57, n. 4, p. 01-08, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, O.; DAHLANDER, L. Managing open innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The oxford handbook of innovation management**. Oxford: Oxford University Press. 2014. p. 442-461.

AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation ecosystems: implications for innovation management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The oxford**

handbook of innovation management. Oxford: Oxford University Press. 2015. p. 204-228.

BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. **Business Horizons**, [S.l.], v. 55, p. 293-305, 2012.

BASU, R. R.; BANERJEE, P. M.; SWEENEY, E. G. Frugal innovation: core competencies to address global sustainability. **Journal of Management for Global Sustainability**, [S.l.], n. 2, p. 63-82, 2013.

COHEN; Levinthal. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 128-152, 1990.

DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. **The oxford handbook of innovation management.** Oxford: Oxford University Press. 2015. p. 462-481.

FAGERBERG, J. A Guide to the literature. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. **The oxford handbook of innovation.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-creation experiences: the next practice in value creation. **Journal of Interactive Marketing**, [S.l.], v. 18, n.3, p. 5-14, 2004.

VAN DER HAVE, R. P.; RUBALCABA, L. Social innovation research: an emerging area of innovation studies. In Press, **Corrected Proof**, [S.l.], v. 45, n.9, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professor: Éderson Garin Porto e Luciano Benetti Timm

EMENTA

A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsia. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e arbitragem. A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Análise dos números do Poder Judiciário;
- Teoria da litigância e sistema multiportas;
- Arbitragem: histórico, conceito, vantagens, desvantagens;
- Aspectos processuais e práticos da arbitragem;
- Análise econômica da litigância;
- Teoria dos jogos;
- Teoria da Negociação;
- Mediação;
- Arbitragem e administração pública;
- Arbitragem e direito tributário;
- Regulamento da arbitragem e mediação e aspectos práticos;
- Implicações no Novo Código de Processo Civil.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>>. Acesso em: 18 out. 2016.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2726775>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. [S.l.]: Atlas, 2010.

KOBAIASHI, Bruce H.; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Ed.) **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1. p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say. **Texas Law Review**, Austin, v. 80, p. 1943-1983, jun. 2002. Disponível em:
<http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem**: in memorian do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.

OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideu, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

STONE, Katherine V. W. **Private justice**: the law of ADR. [S.l.]: University Casebook Series, 2003.

STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional**. São Paulo: LTR, 1996.

TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. O risco juridicamente tolerado dentro de atividades financeiras. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das 70 normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Reais no Direito Penal Econômico-Empresarial. As medidas cautelares pessoais e a afetação do processo, da ordem pública e da ordem econômica. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. Compliance program criminal, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e delação. O *nemo tenetur se detegere*, a proporcionalidade, prova ilícita, inevitable discovery, independent source e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.

- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Org.). **Manual de compliance**: preservando a boa governança e a integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (Coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

GONSALES, Alessandra. **Compliance**: a nova regra do jogo. São Paulo: LEC, 2016.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO (Org.). **Compliance y teoria del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (Org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico**: parte geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico: introducción y parte general**. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico: ciência y práxis**. Buenos Aires: Editorial Bdef, 2011.

AMBOS, Kai; LIMA, Marcellus Polastri. **O processo acusatório e a vedação probatória perante as realidades alemã e brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). In: MONTE, Mário Ferreira (Org.). **Que futuro para o direito processual penal**. Coimbra: Coimbra, 2009. p. 525.

BENEDETTI, Carla Rahal. **Criminal compliance: instrumento de prevenção criminal corporativa e transferência de responsabilidade penal**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**: São Paulo: Atlas, 2014.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal**. São Paulo: RT, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (Org.). **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal**. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica: teoria do crimes para pessoas jurídicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

GUARAGNI, Fábio André; BUSATO, Paulo César (Coord.). **Compliance e direito penal**. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defendig white collar crime: a portrait of attorneys at work**. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles. riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial**. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**. Prefácio. Rosa del Olmo.
Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Governança dos Riscos. Regulação de Riscos (risk-based regulation). O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos para gerenciamento de riscos. Instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos ambientais. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Risco ambiental: Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;

- Modelos para gerenciamento de riscos;
- Instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em dois instrumentos:

- 1) Entrega de quatro fichas de leitura de livre escolha entre todos os textos disponibilizados, representando 4 pontos da média final.
- 2) Entrega de artigo de 15 páginas utilizando as fontes estudadas na disciplina como fundamentação teórica e contendo também a aplicabilidade processual em um ou mais julgados eleito(s) como paradigma para a descrição de caso levado a julgamento. O artigo representará 6 pontos na média final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em:
<<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>>.
Acesso em: 18 out. 2016.

FISHER, Elizabeth. **Risk**: regulation and administrative constitutionalism. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar: law, science, and technology in america**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução: Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: _____ **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Unoesc, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe: environmental action for a post-katrina world**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Regulatório

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Pedro Henrique Poli de Figueiredo

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias Público-Privadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções sobre Serviços Públicos.
- 2 – Formas de prestação do serviço público – outorga e delegação. Aspectos próprios da Federação brasileira relacionados à prestação do serviço público. A Regulação do serviço público concedido. As agências de Regulação.
- 3 – Concessão, permissão e autorização do serviço público. Evolução dos instrumentos de delegação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 4 - Leis 8.987 e 9074, de 1995.
- 5 – Parcerias Público – Privadas – noções gerais – aspectos da Lei nº11.079/95.
- 6 – Serviços Públicos Regulados e sua legislação
 - 6.1 – transporte coletivo
 - 6.2 – Energia Elétrica
 - 6.3 – Telecomunicações
 - 6.4 – Estradas, portos e aeroportos

6.5 – outros serviços

AVALIAÇÃO

Seminários com análise de casos

Os alunos buscarão na jurisprudência dos Tribunais Judiciários, de Contas ou administrativos e apresentarão para discussão na data dos seminários aos colegas, bem como apresentarão uma análise do caso discutido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, LEILA. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sérgio (Org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Cristiano Rosa de Carvalho

EMENTA

Inovação: elementos definidores e espécies. A Revolução Tecnológica e a Inovação na Sociedade do Conhecimento. Gestão da Inovação e a globalização econômica. A inovação como instrumento de sustentabilidade e competitividade. O Estado como indutor do desenvolvimento. Extrafiscalidade: contornos conceituais. Benefícios Fiscais. Extrafiscalidade e Inovação: políticas fiscais de incentivo. Lei de Inovação. Lei do Bem. PADIS. Legislação gaúcha de inovação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução: Tributação e Escolha Racional;
- Teoria da Decisão Tributária: Decisão do Legislador (fiscalidade, extrafiscalidade, regulação);
- Decisão do Agente Fiscal (sanções, transação);
- Decisão do Contribuinte (benefícios fiscais, compliance, transparência);
- Decisão do Juiz (princípios, trade-offs, externalidades e segurança jurídica);
- Tributação sobre comércio eletrônico, downloads, nuvens;
- Tributação Ambiental;
- Lei do bem e inovação;
- Política tributária e incentivos à inovação;
- Tax Morality e novas tendências.

AVALIAÇÃO

Seminários e participação em aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Denis Borges. **Direito da inovação**: comentários à lei federal de inovação, incentivos fiscais à inovação, legislação estadual e local, poder de compra do estado. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Tradução de Elizamari Rodrigues Becker; Gabriela Perizzolo; Patrícia Lessa Flores da Cunha. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CARVALHO, Cristiano. **Sanções tributárias**: uma visão estruturalista e funcionalista do Direito. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/lidia/Desktop/fulltext_stamped.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, evasion, and taxpayer morality. **University Journal of Law & Policy**, Washington, v. 44, p. 02-17, 2014.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em Movimento. Tradução de Cristina Hintz. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2009.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Cristiano; JOBIM, Eduardo. O ICMS incide sobre os provedores de acesso à Internet. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; BRITO, Edvaldo. **Doutrinas essenciais de direito tributário**: impostos estaduais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 4. p. 407-424.

ELALI, André. **Incentivos fiscais internacionais**: concorrência fiscal, mobilidade financeira e crise do Estado. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

GRUPENMACHER, Betina Treiger et al. **Novos horizontes da tributação**: um diálogo luso-brasileiro. Lisboa: Almedina, 2012.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ELALI, André. **Principais aspectos da Lei 11.196/05: a MP do bem.** Rio de Janeiro: MP Editora, 2006.

OLIVEIRA, Julio. **Internet e competência tributária.** São Paulo: Dialética, 2001.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professores: Cristiano Machado Costa e Marcelo De Nardi

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais
 - Fundamentos. Sistema Financeiro Nacional
 - Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional
 - Teorias de Comércio Internacional
 - Balanço de Pagamentos
 - Blocos econômicos, Mercosul
 - Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas**: seminário em homenagem a Pedro Malan. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson et al. **Mercado de capitais**: regime jurídico. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FUND, International Monetary. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington.: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading**: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (Coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro**: entre estabilidade e risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Tributário e Tributação Internacional

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112162

Professor: Cristiano Rosa de Carvalho

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Teoria da Decisão – Introdução ao Tema - Aula Expositiva
- 2) Escolha Racional, Teoria dos Jogos, Análise Econômica da Tributação: aula expositiva.
- 3) Decisão do Legislador (textos e estudo de casos): Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação

Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômica; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação.

4) Decisão do Legislador (textos e estudo de casos): Extrafiscalidade. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais.

5) Decisão do Contribuinte (textos e estudo de casos): Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality.

6) Decisão do Contribuinte (textos e estudos de casos) : Guerra Fiscal

7) Decisão do Fiscal: Nomogênese tributária; Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).

8) Decisão do Fiscal: Norma geral antilisiva nos países em desenvolvimento.

9) Decisão do Juiz: Princípios, Regras, Cláusulas Gerais e Conceitos indeterminados; superação de princípios por regras; Colisão entre Princípios e sua solução.

10) Decisão do Juiz: Caso American Virginia (STF).

AVALIAÇÃO

Com exceção das duas primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários por grupos dos alunos, cobrindo todos os textos e estudos de caso, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e pela participação dos alunos em aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve; Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS**. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, Evasion, and Taxpayer Morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [S.l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão Fiscal no Século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. *Duke Law Journal*, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula et al. Observatório do Carf: planejamento tributário. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 27 mar 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins et al. Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito comercial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Cristiano. **Sanções tributárias: uma visão estruturalista e funcionalista do Direito**. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/lidia/Desktop/fulltext_stamped.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Derivação e posituação no direito tributário**. São Paulo: Noeses, 2011. v. 1.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p.147-165, 2010.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico**: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S.l.]: [s.n], 2007.

HARET, Florence. Desvendando as sanções políticas em direito tributário: critérios objetivos de delimitação das sanções políticas sob a ótica da jurisprudência do Supremo mais recente. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 334-356.

LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S.l.]: The LAFFER Institute, 2014.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**, São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

PINHEIRO, Armando Castelar. Segurança jurídica, crescimento e exportações. In: **Crédito prêmio de IPI**: estudos e pareceres III. São Paulo: Manole, 2005. p. 265-293.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p.230-253.

UTUMI, Ana Cláudia. Planejamento tributário. Qual o futuro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 171-198.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163

Professor: Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Gestão de departamento jurídico de empresa (in house counsel);
- O novo CPC e a advocacia empresarial;
- Estruturação de departamentos jurídicos;
- O mercado da advocacia gaúcha: cenários e planejamentos.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGUETTA, Adriana. **A importância da sede na arbitragem**: visão a partir do Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. **Manual de compliance**: preservando a boa governança e integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica**: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron et al. **The divergence of legal procedures**. Cambridge, Mass: National Bureau of Economic research, 2008. (Working Paper n. 13809). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo com que a justiça conte**: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil. Brasília, DF: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARMIGNANI, Amanda; GIACOMELLI, Silvia. **Too many lawyers**: litigation in italian civil courts [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1431986>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>>. Acesso em: 18 out. 2016.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2726775>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CORTINA, Adela (Org.). **Construir confiança**: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações. Tradução de Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2008.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERRAZ, Daniel Amin. **Joint ventures e contratos internacionais**. São Paulo: Mandamentos. 2001.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Ed.) **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1. p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say. **Texas Law Review**, Austin, v. 80, p. 1943-1983, 2002. Disponível em: <http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR-2002.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno**. Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia**. São Paulo: Magister, 2011

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TIMM. Luciano Benetti. **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas. 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Governança Corporativa

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Dr. Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 1/3 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 1/3 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [S.l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; DE CARVALHO, Antonio Gledson; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [S.l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 91-122, 2006.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K. (Ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research NBER, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

TRICKER, RI Bob. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S.l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael V. X.; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from Brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano M. et al. Family management: creating or destroying firm value. **Economics Bulletin**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

COSTA, Cristiano Machado et al. Non-compliance in executive compensation disclosure: the brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 43, n. 3/4, p. 329-369, 2016.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of accounting research**, [S.l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

OECD. **G20/OECD principles of corporate governance**. Paris: OECD Publishing, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Fusões e Aquisições, Insolvência e Recuperação Empresarial

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária total: 60 horas/aula

Créditos: 4

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112165

Professores: Fabiano Koff Coulon e Éderson Garin Porto

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos envolvidos nos procedimentos de fusões e aquisições de empresas, visando a desenvolver capacidades para atuação no enfrentamento das diversas questões envolvidas nesses processos de reorganização societária. Serão trabalhados os diferentes momentos da alienação de participação societária, desde as primeiras aproximações das partes, informações, avaliação de empresas, auditoria, reestruturação societária, negociação, assim como os respectivos contratos. Estudar os institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial tanto no âmbito nacional quanto internacional e os seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Due diligence: tributário, trabalhista;
- Due diligence: societário, cível;
- Investimentos;
- Documentos societários, tipos de contratos;
- M&a no direito americano;
- Responsabilidade administradores;
- Startups;
- Joint venture, fusão, incorporação, cisão e aquisição;
- Aspectos econômicos;
- Direito comparado;

- Recuperação extrajudicial;
- Recuperação judicial;
- Delitos falimentares;
- Administração da falência;
- Procedimento/efeitos da sentença;
- Bens jurídicos tutelados;
- Temas especiais de direito falimentar;
- Temas especiais de direito falimentar.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOTREL, Sérgio. **Fusões e aquisições**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Dinir; QUATTRINI, Larissa. **Fusões, aquisições e organizações societárias e due diligence**. São Paulo: Saraiva: 2012.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. **Fusão, cisão, incorporação e temas correlatos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANAN JÚNIOR, Pedro. **Fusão, cisão e incorporação de sociedades**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BARROS, Betania Tanure. **Fusões e aquisições no Brasil**: entendendo as razões dos sucessos e fracassos. São Paulo: Atlas, 2003.

BULGARELLI, Waldirio. **Fusões, incorporações e cisões de sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (Coord.). **Reorganização societária**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

LOCATELLI, Fernando. International trade and insolvency law: is the UNCITRAL model law on cross-border insolvency an answer for Brazil: an economic analysis of its benefits on international trade. **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 63, p. 313-345, 2009.

LODI, João Bosco. **Fusões e aquisições**: o cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

MUNIZ, Ian. **Fusões e aquisições**: aspectos fiscais e societários. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

PEIXOTO, Daniel. **Responsabilidade tributária e os atos de formação, administração, reorganização e dissolução de sociedades**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PRADO, Roberta; PEIXOTO, Daniel; SANTI, Eurico. **Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2011.

SADDI, Jairo (Org.). **Fusões e aquisições**: aspectos jurídicos e econômicos. São Paulo: IOB, 2002.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A de Moraes. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 2. ed. São Paulo: RT,

2007.

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; CALZILLI, João Pedro.

Recuperação de empresas e falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Sistemas Jurídicos Internacionais

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112166

Professor: Luciano Benetti Timm

EMENTA

Análise dos principais Sistemas Jurídicos Contemporâneos, a partir das duas vertentes históricas: a Civil Law e a Common Law. Será dada ênfase no estudo do Sistema Jurídico Americano, com ênfase na constituição da processualidade do litígio e a importância da formação do precedente. A influência dos tribunais ingleses. Peculiaridades do Direito Asiático, com ênfase no Direito Coreano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sistemas Jurídicos Contemporâneos; Civil Law e Common Law: Histórico e mapa atual; Educação e a profissão Jurídica nos EUA; o sistema Judiciário; Case Law; O sistema Legislativo e as Statutes; Fontes secundárias do Direito; Direito inglês: histórico, estrutura judiciária e a profissão jurídica; Outros sistemas jurídicos atuais e relevantes ao cenário brasileiro: Brics e comunidade européia; Direito Coreano: histórico, sistema jurídico atual.

AValiação

- Paper: 70%
- Apresentação trabalho em aula dupla ou individual 30%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa (Coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito**. Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the united States**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

GRUNDMANN, Stefan et al. **Direito privado, constituição e fronteiras: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region: South Korea**. [S.l.]: The Asian American Law Students' Association, 2004. (Paper 6). Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6>. Acesso em: 18 out. 2016.

YANG, Hyunah (Ed.). **Law and society in korea**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito dos Negócios Internacionais. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução; os mercados; o sistema monetário e financeiro. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio. A nova Lex Mercatoria; transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito dos Negócios Internacionais
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores
 - Interações
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais

- Mercosul - estrutura, evolução, resultados
- OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
 - Multilateralismo vs. Regionalismo
- Solução de controvérsias na OMC
- Comércio exterior no Brasil
 - Experiência brasileira
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial
- *Lex Mercatoria*
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos Internacionais

AValiação

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Apresentação de seminário (conteúdo, forma, atitude)
- Artigo comentando o caso *A Guerra dos Pneus* - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 15 a 20 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (Org.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: FGV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 336-348, 2014. Disponível em:

<<http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

CRETELLA Neto, José. **Curso de direito internacional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (Org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. **Principais teorias de comércio internacional: blog A gaia política: o mundo nosso de cada dia**. Disponível em: <<https://jacielerodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SANCHEZ, Michelle Ratton. **Atores não-estatais e sua relação com a Organização Mundial do Comércio**. 2002. Disponível em: <<http://www.reocities.com/cesariopereira/mestrado/AtoresnaoestataiseaOMC.doc>>. Acesso em: 18 out. 2016. acesso em: 15 fev. 2016.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do Estado e a unidade do direito internacional: domesticando o rinoceronte**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Estratégias para a Internacionalização das Empresas

Ano/Semestre: 2016/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Ivan Lapuente Garrido

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- **Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- **Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- **Módulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- **Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.

- **Modulo V:** Estudo de Caso – análise do caso do Grupo Priority (com a presença do executivo de negócios internacionais do grupo)

AValiação

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Caso Priority (1/3 da nota final).
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S.l.]: Cengage CTP, 2008

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M., **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, JOHN L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of international Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [S.l.], v. 40, n. 9, p. 1411–1431. 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S.l.], Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. [S.l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [S.l.], v. 12, n. 1 p. 1, 2004.